



Da Cidade por Partes à Gestão por Partes: Descentralização e participação na redemocratização no Uruguai

Autores:

Mariana Gico Lima Belo - UFMG - marianagicolbelo@gmail.com

Gisela Barcellos de Souza - UFMG - gisela.barcellosdesouza@gmail.com

Resumo:

Frente à crise urbana das grandes cidades do fim dos regimes autoritários no Cone Sul, no início da década de 80, os novos governos municipais democráticos atribuem às questões urbanísticas significativa relevância em seus programas políticos. Constituindo um dos experimentos de relevância internacional na inovação da gestão participativa, a Descentralização Participativa de Montevideú representa a institucionalização de um modelo de gestão, que se consolida a partir da operacionalização de um debate no âmbito da cultura arquitetônico-urbanístico, em circulação no Uruguai. O presente artigo procura demonstrar que esta nova gestão se enraíza no contexto de redemocratização uruguaia, a partir da circulação do discurso da Cidade por Partes, e que se desdobra de formas particularidades em Montevideú. Para tanto, baseia-se na análise de estudos que reconhecem tanto a circulação do discurso, como sua evolução ao associar-se com as particularidades do contexto político da cidade.

DA CIDADE POR PARTES À GESTÃO POR PARTES

Descentralização e participação na redemocratização no Uruguai

INTRODUÇÃO

Ao fim dos regimes militares das últimas décadas do século XX, os países integrantes do Cone Sul¹ iniciaram processos de reforma de Estado concomitantemente a profundas crises fiscais e econômicas dos Estados nacionais, ante os efeitos da globalização capitalista (ALBUQUERQUE, 2007) e, mais especificamente, dos experimentos neoliberais de Thatcher e Reagan. A crise econômica contribuiu para o agravamento da crise urbana nas grandes cidades latino-americanas nas décadas de 1980 e 1990, para o declínio efetivo das condições de vida da população urbana, com o aumento da pobreza e da desigualdade, e, por outro lado, para o desmonte dos sistemas de proteção social do Estado de bem-estar, conduzindo a um sistema cíclico e afetando principalmente a população de classes mais baixas. Neste contexto, a luta contra a precarização da vida urbana permitiu a organização de movimentos sociais pelo direito a cidade, que, por sua vez, acabaram por entrar em ressonância com a luta contra os governos autoritários. A defesa de um Estado mais presente e transparente, com canais de interlocução direta com a sociedade civil aparecia, neste momento, como uma bandeira comum à reforma urbana e à luta contra as ditaduras.

Os ideais redemocratizantes em países latino-americanos ganharam força com a ascensão dos partidos políticos de esquerda na década de 1990, que passaram a defender a reformulação do papel do Estado: “a noção de um Estado centralizado, onisciente e onipotente” daria lugar a “um Estado descentralizado, permeável e transparente que co-governaria junto à sociedade civil” (GOLDFRANK, 2011, p. 5). Desta forma, o atendimento às demandas dos cidadãos se faria possível através de maior aproximação entre o poder público e a sociedade, buscada por meio de mecanismos de participação direta e ativa da população na gestão de políticas urbanas e programas sociais em âmbito local. Segundo Goldfrank (2011), tratava-se de formas de fortalecer a cidadania:

“Transformar os habitantes de sujeitos passivos, dependentes de relações com políticos ou partidos particulares, em cidadãos ativos que sabem que têm direitos políticos, que podem legitimamente exigir demandas do

¹ A definição de Cone Sul aqui empregada engloba os países Argentina, Chile, Brasil, Paraguai e Uruguai, devido ao recorte temporal similar dos períodos ditatoriais destes países, como delimita Albuquerque (2007).

governo por serviços públicos, e que podem fazer suas vozes serem ouvidas em debates políticos.” (GOLDFRANK, 2011, p. 12)

A proposição de novos espaços e canais de participação direta, vinculados à possibilidade de democratização do Estado, tornaram-se pautas de partidos de esquerda nos anos 1980, o que permitiu que, na década seguinte, se experimentassem modelos participativos na gestão urbana municipal, como nos casos de Porto Alegre, com o Orçamento Participativo, e de Montevidéu, com a Descentralização Participativa. Embora ambas as experiências sejam reconhecidas como inovações de relevância internacional e tenham contado desde o início com o apoio popular enraizado em forte tradição associativista (GUGLIANO, 2007), estas se distinguem significativamente pelos percursos e ambientes culturais em que foram concebidas.

Enquanto em Porto Alegre, o Orçamento Participativo acompanhou a discussão da Reforma Urbana, parcialmente contemplada pela Constituição Federal de 1988, e se fundamenta na atuação protagônica dos movimentos sociais da cidade; em Montevidéu, a Descentralização Participativa se consolida a partir da operacionalização de um debate que, antes de puramente político, é também disciplinar, do campo da arquitetura e do urbanismo. A institucionalização deste novo modelo de gestão, como se pretende demonstrar neste artigo, enraíza-se na tradução cultural e, sobretudo, na extrapolação de um debate amplamente difundido na Europa durante a passagem dos anos 1970 aos 1980. Ao ser apropriado no contexto da redemocratização uruguaia, este debate, longe de uma simples replicação do urbanismo europeu, se modifica amplamente, e aprofundam-se as possibilidades de interações com outros campos de atuação e de conhecimento. Antes mesmo da ascensão do partido de esquerda no quadro político uruguaio, nos últimos anos da ditadura naquele país, já se constata formas de ampliação do discurso da "Cidade por Partes" – cf. Rossi (2001) e Aymonino (1984) – que transcendem o debate de origem italiana e visam sua transformação em um construto teórico de apoio à gestão de políticas urbanas.

Neste trabalho, pretende-se demonstrar a hibridação entre o supracitado debate arquitetônico e urbanístico e uma nova ideia de gestão, cuja manifestação já estava implícita no momento de sua apropriação e reformulação no contexto uruguaio. Para tanto, esta pesquisa se fundamenta na análise longitudinal do discurso da Cidade por Partes no Uruguai na década de 1980, e de como este desdobra-se em um modelo de gestão descentralizada e participativa, a partir das particularidades atribuídas ao processo de redemocratização do país. Parte-se, inicialmente, da contextualização do discurso da Cidade por Partes no cenário europeu; e recupera-se como esse se materializa na prática nas experiências de planejamento de Madri e Barcelona na transição democrática da Espanha pós-franquista. Na sequência, identifica-se de quais formas esse debate se enraíza em Montevidéu, com ênfase, em específico, na atuação de dois coletivos de arquitetos: *Grupo de Estudios Urbanos e o Taller de Investigaciones Urbanas y Regionales*. Por último, identifica-se a sua apropriação sob a intencionalidade de renovar a dinâmica democrática de Montevidéu, com a atuação de crescente protagonismo dos partidos de esquerda na década de 1990.

O DISCURSO DA CIDADE POR PARTES E SUA CIRCULAÇÃO NO URUGUAI

O discurso da Cidade por Partes representa um elemento fundamental na cultura arquitetônico-urbanística europeia da passagem dos anos 1970 aos 1980; trata-se de um importante ponto de inflexão que fundamenta a afirmação, amplamente difundida na década seguinte, do projeto urbano como alternativa ao planejamento urbano. Esse retorno ao urbanismo de projetos embasa-se no desdobramento dos estudos tipo-morfológicos italianos e surge como contraproposta ao planejamento urbano em crise, em face do desmantelamento do Estado Social do Bem-Estar. Planos generalistas e rigidamente funcionalistas são, então, criticados por não conseguirem atender às complexas demandas vinculadas aos problemas das cidades contemporâneas. Neste contexto, o abandono da ambição totalizadora do plano e a atuação por partes acabadas, constituem elementos imprescindíveis para uma nova maneira de pensar a cidade, na qual se dá uma importância maior à redefinição da relação entre a forma e a história. A atuação baseada em projetos pontuais é compreendida como forma de aproximação aos problemas concretos dos habitantes de cada bairro, de cada peça urbana (GUTIERREZ, 2006, p. 135). Em tese, a abordagem da escala da vida cotidiana pelo urbanismo permitiria a melhoria dos espaços públicos e históricos, negligenciados pela especulação imobiliária na década anterior (HEBBERT, 2014).

A expansão territorial das cidades no pós-guerra inseriu o fenômeno urbano à escala metropolitana e colocou em xeque os ideais de controle de totalidade urbana do plano urbanístico. Aymonino (1984), assumindo que a cidade contemporânea se organiza em partes, estabelece a impossibilidade de alcançar uma nova estrutura urbana diante da existente, apontando para uma situação de crise que somente pode ser contornada por meio da combinação e inter-relação destas partes. Torna-se imprescindível não mais pensar a cidade a partir das visões holísticas próprias de um planejamento urbano sistêmico pretensamente científico (GUTIERREZ, 2006), mas composta por partes distintas, completas e acabadas em si mesmas que se complementam em uma continuidade urbana.

Neste sentido, Aldo Rossi rejeitava, já desde *L'architettura della Città*², os “planos gerais que ignoram a coerência da cidade e que têm constituído até agora autênticos fracassos com seu sistema de zoneamento” (ROSSI, 1977, p.17). Renuncia-se, então, ao plano como instrumento para intervir na cidade, denuncia-se a abstração do zoneamento e sua incapacidade de lidar com as variabilidades do contexto (DEVILLERS, 1984); a atuação por projetos para partes da cidade é apontada como novo modelo de intervenção urbana.

A atuação por meio de projetos urbanos e as novas possibilidades de interação entre plano e projeto tiveram os casos de Barcelona e Madri dentre suas experiências mais representativas (CAPANDEGUY, 1988; HEBBERT, 2014) e, através destes dois referentes, possibilitou-se que o debate sobre o urbanismo urbano espanhol se difundisse mundialmente. Tal qual o que viria a ocorrer no Cone Sul, na Espanha, o debate plano-projeto e o discurso da Cidade por Partes se difunde em um contexto de profundas transformações políticas e de

² Em português, “A Arquitetura da Cidade” - obra escrita por Aldo Rossi e publicada originalmente em 1966.

transição à democracia (TERAN, 1999). Já nas primeiras eleições municipais democráticas após a morte de Franco, a problemática urbana já se apresenta como pauta central da nova política municipal. Diante da ausência de canais de expressão política nos anos da ditadura, os movimentos sociais constituem-se como porta-vozes das reivindicações ante os problemas urbanos, como assinala Gutierrez (2006):

“Destes movimentos urbanos procediam a maior parte das críticas a atuações que, em grande medida, ignoravam os interesses e necessidades da maioria dos cidadãos, mas também numerosas propostas para tentar diminuir os déficits de equipamentos e infraestruturas nas periferias das cidades [...]” (GUTIERREZ, 2006, p. 110)

Diante da pressão social frente às carências urbanas das cidades espanholas, “a política dos governos municipais democráticos se centraria, em um primeiro momento, no impulso de um conjunto de ações corretivas que permitiriam uma rápida visualização da mudança política” (GUTIERREZ, 2006, p. 115). É neste cenário de busca por novas alternativas, e com base no desdobramento dos debates italianos, que tiveram lugar as experimentações de Madri e Barcelona, cujos diametrais resultados e posicionamentos no debate entre plano e projeto foram frequentemente contrastados.

Enquanto em Barcelona, nega-se o plano e confia-se totalmente no projeto como forma de intervir na cidade; em Madri, por outro lado, propõe-se um novo modelo de plano que permita o diálogo com o projeto. Para Oriol Bohigas, arquiteto que estava à frente da municipalidade democrática recém-restaurada e que assumiu papel protagonista na transformação urbana de Barcelona, haveria uma primazia clara do projeto sobre o plano; a cidade seria concebida como a soma de suas partes (GUTIERREZ, 2006, p. 135). Já para Leira, responsável pelo novo Plano Geral de Madri de 1985, o planejamento se constituía como suporte para atuar na cidade através de intervenções urbanas – nomeadas *50 Ideas para Recuperar Madrid* –, as quais não se conformariam como ações isoladas, mas sim a partir da gestão de conjunto destas propostas (ibid., p. 139). Desta forma, a experiência madrilenha desenvolve a ideia de projeto urbano por meio da superação da estéril dissociação entre plano urbanístico e projeto de arquitetura, que havia reduzido o primeiro ao campo da análise e do zoneamento, e o segundo ao campo da proposta isolada, como menciona Busquets (1992).

Ao longo dos anos 1980, ambos experimentos espanhóis adquirem significativa projeção internacional: seus resultados são amplamente divulgados em veículos especializados; os arquitetos e urbanistas envolvidos em sua implementação são contratados como consultores em diversos contextos, inclusive na América Latina (Cf. JAJAMOVICH, 2011). Nos anos iniciais da década, manifestam-se as primeiras revisões críticas ao planejamento urbano no Uruguai, antes mesmo do fim da ditadura militar e simultaneamente aos embates pela redemocratização. Neste contexto, verifica-se o interesse particular dos arquitetos e urbanistas uruguaios pela experiência espanhola. Esta se justifica tanto pela proximidade linguística, quanto pela experiência análoga de redemocratização política e revisão das práticas do urbanismo. Em ambos os países, os novos governos democráticos associam sua política urbana à negação do planejamento urbano do período ditatorial – tido como

tecnocrático, uma vez que pretendeu-se legitimar a ação do Estado pela técnica, por haver suprimido a legitimação popular (VILLAÇA, 2004).

A circulação destes referentes no debate disciplinar uruguaio torna-se patente por meio da análise de dois percursos: pelo número significativo de publicações na *Arquitectura*, revista da *Sociedad de Arquitectos del Uruguay*, relacionadas aos casos de Madri e Barcelona, e pelo destaque destas experiências no texto de Diego Capandeguy³(1988).

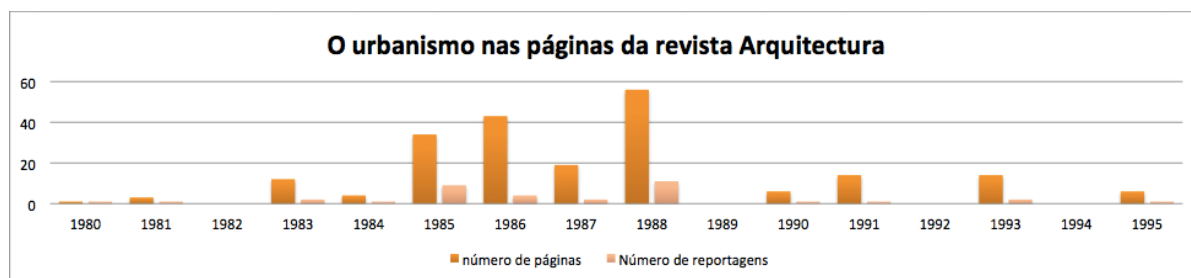


Figura 01: A cobertura crítica do urbanismo nas páginas da revista *Arquitectura* entre 1980 e 1995, número total de páginas e de reportagens. Fonte: ALVES e SOUZA (2018).

A revista *Arquitectura*, da *Sociedad de Arquitectos del Uruguay* dedicou pouco espaço à cobertura do urbanismo em seus números publicados entre 1980 e 1995. O gráfico acima expõe, no entanto, que os momentos em que se revela maior interesse pela cobertura crítica da prática do urbanismo correspondem àqueles em que são publicadas reportagens sobre o urbanismo espanhol. Na amostra analisada, assume especial interesse o número 257 desta revista, de 1987, no qual se publica um longo dossiê especial apresentando os projetos urbanos que compunham as *50 Ideas para Recuperar Madrid*, dando sequência aos números 255 e 256 da revista, de 1985 e 1986, respectivamente, que divulgavam a experiência local de caracterização urbana em curso, o *Informe de Áreas Caracterizadas* – cuja análise nos dedicaremos na sequência.

³ Trata-se de um manuscrito datilografado – escrito dentro do enquadramento da disciplina *História da Arquitetura Contemporânea* – cujas cópias, ainda que não tenham sido publicadas, encontram-se disponíveis para consulta e circulação no acervo da biblioteca da *Facultad de Arquitectura* da UDELAR.



Figura 02: As 50 ideias para Madri nas páginas da revista *Arquitectura* número 257, de 1987.
Fonte: fotografia das autoras.

Nomeado "*El discurso de la ciudad por partes: en la teoría, realizaciones y crítica del movimiento moderno*" (1988), o texto de Capandeguy buscava esclarecer as bases teóricas e legitimar o conjunto de propostas para Montevideú, elaboradas ao longo daquela década. Trata-se de uma discussão teórica sobre o discurso da Cidade por Partes, mediante não só uma análise das diferentes contribuições teóricas envolvidas em sua concepção, mas também a partir de uma confrontação entre diversos aportes e propostas e realizações recentes que buscaram, de certa forma, materializá-lo. Ao apontar onde e como a discussão se enraíza, demonstra também a transcendência destas experiências na própria cidade de Montevideú, as quais coteja a exemplos europeus – Barcelona e Madri pós-franquista e Roma de Aymonino, notadamente –; refere-se frequentemente ao urbanismo espanhol e, assim, reconhece a circulação do debate. Entretanto, como pretende-se demonstrar neste trabalho, não se trata de uma simples adaptação de um aporte forâneo ao contexto uruguaio, mas de uma tradução e uma reformulação que resultam em experiências significativamente diferentes dos referentes europeus.

Localizados temporalmente na segunda metade dos anos 1980, tanto o texto de Capandeguy, como as publicações da revista *Arquitectura* constituem, no entanto, testemunhos *a posteriori* da circulação de ideias que, como veremos na sequência, já ocorria desde o início da década. Sua publicização deve ser compreendida, portanto, em ambos os casos, como uma tentativa de legitimar, por meio de referências internacionais, propostas para a cidade que se acumulavam e debatiam ao longo da década de 1980.

ENSAIOS DURANTE A DITADURA

Em meio à crise econômica e fiscal que perpassa as grandes cidades dos países latino-americanos nos anos 1970 e 80, Montevideu sofre um processo crítico de transformações urbanas, com um quadro de demolições indiscriminadas e substituições tipológicas radicais nas áreas de grande consolidação edilícia, associadas a uma especulação imobiliária descontrolada que abrange praticamente todos os bairros da cidade (SCHELOTTO, 1996; GIORDANO et al., 2014). Soma-se, ainda, a aquiescência ou indiferença do poder público, ainda sob regime autoritário, diante da degradação da cidade e da situação da população das camadas sociais mais baixas, residentes nas áreas mais críticas. Certamente, não se trata de um fenômeno exclusivo ao Uruguai. Terán (1999), referindo-se a processo similar de destruição das cidades espanholas, também durante o período autoritário, revela a ruptura entre a coesão física e social nestes locais:

“[...] onde a idade da edificação se unia à decadência funcional e ao enfraquecimento econômico e social, e onde, por outro lado, produzira-se importantes agressões devastadoras, de caráter claramente especulativo, com substituição de edificações e de usos, rompendo a unidade e a coerência física e social.” (TERÁN, 1999, p. 327).

Contudo, nas áreas antigas da cidade de Montevideu, acrescenta-se a este processo especulativo e degradante, o fato de que um importante volume de obras e conjuntos urbanos do acervo patrimonial foram retiradas de sua condição de Monumento Histórico Nacional sob decreto em 1979 (GIORDANO et al., 2014). O caso mais visível é a *Ciudad Vieja*, centro histórico de Montevideu, com realizações arquitetônicas que remontam ao século XIX. A constatação destas frequentes destruições do patrimônio construído, com a anuência do poder público, e da precarização das condições de habitabilidade de significativas parcelas da população gera uma crescente inquietude que se manifesta claramente nos primeiros anos da década de 80, com a formação de movimentos sociais e de organizações de base sindical e estudantil (SCHELOTTO, 1996; GIORDANO et al., 2014). Similar aos referentes espanhóis, a defesa da cidade histórica, então, passa a ser parte das reivindicações de movimentos sociais, como menciona Terán (1999).

Em Montevideu, estas formas insurgentes de resistência cidadã potencializam-se com a ampla rejeição popular ao plebiscito realizado em 1980 pelo governo autoritário, cujo objetivo de consolidar sua proposta de reforma institucional é amplamente negada. Inicia-se, desta forma, a abertura democrática, com a paulatina retomada dos espaços de liberdade e dos canais de expressão, os quais conferem, à luta contra o regime ditatorial, os meios imprescindíveis para sua difusão entre os cidadãos (GIORDANO et al., 2014).

Formado no início dos anos 1980, o *Grupo de Estudios Urbanos* constitui-se como uma das formas supracitadas de resistência ao autoritarismo. Trata-se de um coletivo que se posiciona em defesa da cidade e da permanência da população de baixa renda residente nos bairros históricos de Montevideu (SCHELOTTO, 1996) e não obstante, propõe-se a transformar o discurso estritamente disciplinar sobre a cidade, de modo que repercuta na cultura e na

própria sociedade (GIORDANO et al., 2014). Integrado por um amplo conjunto de estudantes e arquitetos, o *GEU* inicia sua atuação com a divulgação de um trabalho audiovisual intitulado *Una ciudad sin memoria*, denunciando a situação de especulação imobiliária que atravessava Montevideu enquanto cidade e, retratando, particularmente, a degradação da *Ciudad Vieja*, o centro histórico. Como avalia Ramón Gutierrez – em depoimento publicado em Giordano et al. (2014) –, o audiovisual narrava as carências da cidade, mostrava a cidade fragmentada, reivindicava os valores dos habitantes, seus modos de vida e sua identidade urbana.



Figura 03: Audiovisual *Una ciudad sin memoria*, elaborado pelo *Grupo de Estudios Urbanos*, de 1982.
Fonte: Giordano et al. (2014) - recorte das autoras.

Diante da positiva receptividade deste primeiro trabalho, o *GEU* passa a desenvolver uma intensa atividade de análise, documentação e investigação sobre a problemática urbana de Montevideu, contando com uma intensa divulgação não apenas no âmbito acadêmico, mas também através de uma forte campanha audiovisual, ampliando os espaços de diálogo com a sociedade civil (GIORDANO et al., 2014, p. 18). Ante a necessidade de despertar a consciência coletiva no que concerne a importância da preservação do patrimônio, a campanha alude à memória dos cidadãos, que fora violada em tempos de opressão autoritária (ibid., p. 18).

Outro significativo audiovisual do *GEU*, *¿A quién le importa la ciudad?*, procura fortalecer a consciência urbana a partir da compreensão da relação entre cidade, identidade e lugar, associando a conformação física aos modos de vida. Segundo Giordano et al. (2014) o termo *lugar* é empregado neste momento por sua alusão a um espaço fortemente

simbolizado, em que se pode ler a identidade dos que o ocupam, as relações que mantêm entre si e a história que compartilham.



Figura 04: Audiovisual *Una ciudad sin memoria*, elaborado pelo *Grupo de Estudios Urbanos*, de 1983.
Fonte: Giordano et al. (2014) - recorte das autoras.

Verifica-se uma associação, neste momento, entre o pertencimento a um lugar e o sentido de cidadania. A valorização da relação entre história e cidade e o resgate da questão do patrimônio pelo *Grupo de Estudios Urbanos* apoia-se também nas reflexões e contribuições de teóricos, arquitetos e urbanistas europeus: Carlo Aymonino, Giorgio Grassi, Pier Luigi Cervellati, Giancarlo de Carlo, Aldo Rossi, Philippe Panerai, e outros (GIORDANO et al., 2014). Observa-se, portanto, que, já no início dos anos 1980, concomitante aos primeiros anos de atuação do *GEU*, circulavam os debates arquitetônicos europeus de revalorização da história e do patrimônio urbanos e, também, do reconhecimento da existência de diferentes contextos em uma mesma cidade. É o que afirma Giordano et al. (2014) ao descrever:

“A cidade é uma e múltipla, Montevidéo é uma e múltipla. Em cada bairro se expressam diferentes modalidades de convivência. Cada bairro é Montevidéo e a cidade os unifica, os conjuga, os compõe” (GIORDANO et al., 2014, p. 38).

Assim, a partir das contribuições do *GEU*, atribui-se ao patrimônio de Montevideu um conceito ampliado, que incorpora não somente seu valor histórico e documental, mas também suas dimensões urbanas, econômicas, sociais e ambientais (GIORDANO et al., 2014). Supera-se a ideia de patrimônio como a preservação de um monumento isolado, para considerar a cidade em seu conjunto; e tal qual ocorre na Espanha, percebe-se uma mudança de atitudes culturais “tanto em relação à valorização da cidade histórica, como a respeito do papel, da natureza, e da metodologia do planejamento” (TERÁN, 1999, p. 327), refletindo a necessidade de revisão dos planos de urbanismo vigentes.

Em face a relevância e a urgência que o discurso do *Grupo de Estudios Urbanos* confere à problemática urbana, a *Sociedad de Arquitectos del Uruguay (SAU)*, ainda sob a ditadura, renova seu compromisso diante da arquitetura e da cidade. Uma série de publicações periódicas em sua revista *Arquitectura*, a realização de eventos nacionais de debate disciplinar e uma intensa atividade cultural com visitas de respeitados arquitetos internacionais – entre os quais o próprio Aldo Rossi (SOUZA, 2013) –, atribuem à *SAU* a condição de interlocutora da *Intendencia Municipal de Montevideo*⁴ (GIORDANO et al., 2014).

Em 1982, sob proposta elaborada pelo *GEU*, o governo municipal cria a *Comisión Especial Permanente de la Ciudad Vieja*, junto à normativa específica necessária para reabilitação e gestão do centro histórico. Com o objetivo de promover e coordenar as intervenções no centro histórico, a *Comisión Especial Permanente* representa, no âmbito institucionalizado, uma abertura à participação dos cidadãos na gestão da cidade, visto que integra representantes da municipalidade e associações técnicas, de vizinhos e de instituições públicas (CAPURRO, 1988; SCHELOTTO, 1996). Ao propor uma intervenção a uma área delimitada por seu valor patrimonial, referindo-se à conceituação ampliada do termo, a criação da *Comisión Especial Permanente* configurou-se como uma porta de entrada para a concepção de uma proposta de gestão por partes da cidade.

Esta proposta seria logo ampliada para toda a cidade. Divulgado em 1984, o *Informe sobre Areas Caracterizadas*, elaborado pela *Intendencia Municipal de Montevideo* em acordo com a *Sociedad de Arquitectos del Uruguay*, ampliava para os demais bairros de Montevideu a forma de pensar a cidade iniciada na *Ciudad Vieja*. A identificação de áreas caracterizadas propunha uma aproximação alternativa à compreensão do fenômeno urbano, reconhecendo a diversidade de espaços urbanos na cidade. Como definem Carmona e Gómez (1999), a partir da abordagem de bairros como diferentes âmbitos urbanos reconhecidos pelos habitantes,

“[...] procura-se identificar estes sistemas urbanos, suas características particulares atuais, as relações de sua população com o entorno e com a cidade, para promover seu específico desenvolvimento e enquadrar nestes parâmetros as normativas urbano-arquitetônicas que permitam valorizar as características vigentes e substituir as obsoletas” (CARMONA E GÓMEZ, 1999, p. 110).

⁴ *Intendencia municipal*, no sistema político uruguaio, se aproxima da definição brasileira de ‘prefeitura’.

O relatório fundamenta-se em uma visão crítica do caráter genérico do planejamento urbano então vigente, em que normativas generalistas desconsideravam as especificidades da cidade existente. O conceito de *Áreas Caracterizadas*, como defendem Carmona e Gómez (1999), desprende-se de uma subdivisão do território urbano, típica da prática de zoneamento, e as entende como superposições de territórios da cidade, que se conformam de maneira diferenciada. Aludindo ao discurso da Cidade por Partes, a própria definição de áreas caracterizadas pressupõe o aprofundamento no estudo de partes da cidade, a partir da análise das particularidades de seus aspectos físicos, atividades, aspectos socioculturais e tendências de evolução (CARMONA E GÓMEZ, 1999). Novamente, não se trata apenas de uma proposta limitada aos aspectos físicos da cidade, o relatório propõe a criação de comissões técnicas para as áreas identificadas, atribuindo-lhes capacidade propositiva em uma clara intencionalidade de descentralizar a gestão municipal. Frente à inexistência de canais participativos nos quais os habitantes pudessem decidir sobre aspectos que afetam sua vida cotidiana, a gestão municipal deveria aproveitar as organizações sociais desenvolvidas pelos habitantes a nível local para assegurar a participação cidadã ao longo do processo (ibid., 1999).

A atuação do *Grupo de Estudios Urbanos* conforma-se inicialmente como uma forma de resistência ao reivindicar aspectos fundamentais de democracia e cidadania, porém logo acaba por propor e construir um novo sentido de como habitar e viver Montevideu (GIORDANO et al, 2014, p. 7). Esta nova visão da cidade nas propostas do *GEU* materializa-se tanto na criação da *Comisión Permanente de la Ciudad Vieja* como na publicação do *Informe de Áreas Caracterizadas*, experiências que, como ratifica Schelotto (1996), marcam o início da experimentação, no âmbito institucional, de novas modalidades de gestão municipal. Com o fim do governo ditatorial em 1985, Montevideu inicia seu processo de redemocratização, acompanhado de uma profunda transformação cultural que conduz à renovação das políticas municipais, não apenas no âmbito das normativas urbanísticas, mas também em novos modelos de gestão.

EM BUSCA DA CIDADE DEMOCRÁTICA

Com o fim da ditadura, o cenário de Montevideu evidencia múltiplos desafios de uma cidade que se vê empobrecida e marcada por uma segregação social sem precedentes. A transição democrática é percebida, nas palavras de Gustavo Remedi (GIORDANO et al., 2014), como um “renascimento cidadão, um retorno à vida urbana, um reapropriar-se da cidade.” No intuito de reconstituir a cidade sob uma perspectiva de maior igualdade, aponta-se a necessidade não apenas da atuação mais presente do Estado, que deve assumir sua responsabilidade frente aos processos de transformação, mas também da imprescindível participação ativa da sociedade civil na garantia de seu direito à cidade.

A fim de fomentar novas respostas à crise urbana herdada do período autoritário, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Centro de Inovação e Desenvolvimento (CID) organizaram, em 1985, o I Fórum de Inovação e Criatividade. O objetivo era incentivar a criatividade inovadora no Uruguai a propor as transformações necessárias à recuperação da cidade (SPRECHMANN et al., 1986), frente à reinstaurada

democracia. Este concurso reuniu uma coletânea significativa e plural de trabalhos propostos pelos mais variados atores urbanos e acabou por atribuir como vencedor o trabalho elaborado pelo *Taller de Investigaciones Urbanas y Regionales*, um ateliê de projetos que contou com a colaboração de um extenso grupo de arquitetos. Intitulado *Propuestas a la Ciudad Democrática*, o trabalho foi posteriormente publicado sob o nome de *Propuestas a la Ciudad de Montevideo* (SPRECHMANN et al., 1986), e de acordo com Capandeguy (1988), constitui um marco da cultura arquitetônica-urbanística uruguaia, no qual se entende Montevideu segundo uma ideia muito ampla da Cidade por Partes.

Segundo os arquitetos integrantes do ateliê (SPRECHMANN et al., 1986), o documento não deveria ser interpretado como um conjunto de planos, projetos, ou programas para a cidade, mas sim como ideias que abordam projetos, normativas, metodologias e formas de gestão, os quais contribuem ao processo social de construção da cidade. Os estudos desenvolvidos e as propostas elaboradas em *Propuestas a la Ciudad de Montevideo* (1986) procuram, entre outros objetivos, responder ao questionamento acerca de como construir uma cidade democrática a partir de um novo modelo de gestão, o qual deve conceber a cidade, primordialmente, como um assunto público e um debate político – atribuindo ao momento a necessidade de revisão das práticas disciplinares e de propor novas formas de gestão (SPRECHMANN et al., 1986):

“Ao Estado democrático corresponde promover e defender o direito à cidade de todos os habitantes – por isto o planejamento urbano é política e deve se abrir aos cidadãos, a sua iniciativa e ao seu controle. [...] Para a nova urbanidade democrática, precisamos de um novo urbanismo” (SPRECHMANN et al., 1986, p. 61, grifo no original)

Para este novo urbanismo, o trabalho desenvolvido pelo *Taller de Investigaciones Urbanas y Regionales* (1986) parte de uma reinterpretação propositiva dos processos urbanísticos de Montevideu – reinterpretam-se as relações com a cidade existente e propõem-se, a partir delas, novos caminhos para alcançar uma construção justa da cidade democrática. A abordagem de revalorização histórica da cidade destaca a influência de ideias que àquele momento impulsionaram, igualmente, diferenças fundamentais na compreensão da cidade: as reflexões e os estudos desenvolvidos na Itália, Espanha, e outros países europeus; as reivindicações de movimentos sociais uruguaiois em torno da questão urbana; e a contribuição do *Grupo de Estudios Urbanos* ao associar a cidade ao momento sociopolítico recente, através do deterioramento da cidade resultante da crise (SPRECHMANN et al., 1986).

O novo modelo de gestão municipal proposto parte da afirmação do municipal como o âmbito legítimo para o governo da cidade, atribuindo à descentralização político-administrativa e à participação cidadã, suas premissas centrais. A escala municipal é concebida, ao mesmo tempo, como o lugar de uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil, “permitindo que esta recupere ou conquiste o protagonismo que lhe corresponde na decisão e na gestão cotidiana da cidade” (SPRECHMANN et al., 1986). Como destacava Capandeguy (1988), atribui-se à descentralização no urbanismo e na gestão a condição primeira para um processo democratizador; trata-se de aproximar o Estado das questões que afetam a vida cotidiana dos habitantes nas diferentes áreas da cidade. E, para tanto, a

participação cidadã deve ser promovida como um “exercício cotidiano da democracia”, tanto nas decisões como nas ações, devendo-se “reconhecer que a participação – estar informado, poder opinar, decidir, atuar – é parte essencial da gestão urbana e não somente um instrumento para alcançá-la”. (SPRECHMANN et al., 1986, p. 63)

A descentralização administrativa, técnica e política da ação municipal, integrada à uma relação de maior proximidade entre o Estado e a sociedade civil significa, para os arquitetos do *Taller de Investigaciones Urbanas y Regionales* (ibid., 1986), a definição de “novas escalas entre a cidade e a vizinhança.” O reconhecimento da cidade de Montevideu como esta lógica complexa composta de realidades distintas – peças urbanas ou partes -, que constituem, em sua totalidade – colagem – a continuidade urbana (CAPANDEGUY, 1988), condiciona a proposição de uma nova organização territorial. A partir da leitura tipomorfológica histórica da cidade, definem-se quatro grandes unidades territoriais: os distritos, aos quais correspondem individualmente a conjuntos de bairros.

Subdivide-se a administração municipal em territórios e níveis de atuação descentralizados. O âmbito distrital é considerado o viável para a descentralização de funções administrativas, de planejamento e de interação de atores urbanos (SPRECHMANN, 1988), uma vez que representa territorialmente a “base de uma confrontação democrática de interesses, aspirações e imagens a partir de um pluralismo de atores” (Capandeguy, 1988). A escala do bairro, como assinalam Sprechmann et al. (1986), é proposta como o âmbito para descentralizar e ao mesmo tempo integrar aspectos de administração, informação e serviços. Nesta escala, se privilegia a sociedade civil para sua autogestão local, com importante ênfase nas associações locais (CAPANDEGUY, 1988).

Paralelamente, no plano teórico, o trabalho incorpora uma nova compreensão e reinterpretação da cidade, a qual volta a ser o instrumento primário do planejamento (SPRECHMANN, 1986). O planejamento proposto tem nos *Planes Parciales* o instrumento fundamental para a ordenação do espaço, através dos quais se permitem, nos bairros e distritos, melhorias pontuais – de forma similar à experiência de Barcelona (CAPANDEGUY, 1988; SPRECHMANN et al., 1986). Não obstante, enfatiza-se a necessidade de um *Plan General* que atue simultaneamente e de forma integrada aos *Planes Parciales*, enfatizando, na proposta, o diálogo necessário entre o plano e o projeto, e entre a escala da cidade e do bairro. À escala do distrito – este enquanto parte da cidade –, os planos distritais constituem a escala intermediária de intervenção entre a figura do *Plan General*, e o projeto urbano (CAPANDEGUY, 1988). Estes projetos são apresentados de acordo com a subdivisão proposta para cidade e contam com uma detalhada análise formal e histórica dos espaços urbanos em que se inserem, com um nível de formalização que Capandeguy (1988) avalia como similar às propostas apresentadas em *50 Ideas para Madrid*.

O trabalho desenvolvido pela equipe incluía, à escala do bairro, a ideia de *Proyectos Locales* como mecanismo operativo para a gestão local autônoma, que contaria com um convênio entre as associações locais e o município, além de outros apoios externos estatais e privados (SPRECHMANN et al., 1986). Estes planos e projetos de desenvolvimento de bairro poderiam ser definidos pela *Intendencia Municipal de Montevideo*, e seriam apresentados às organizações locais, as quais, complementarmente, também poderiam elaborar projetos específicos de acordo com demandas de um determinado bairro, grupo de bairros ou distrito

(CAPANDEGUY, 1988; SPRECHMANN et al., 1988). Desta forma, Capandeguy (1988) apreende a visão do planejamento, a partir do bairro, como “negociação política”, e como “cooperação social”, e evidencia Capandeguy como o novo modelo de gestão municipal proposto em *Propuestas a la Ciudad de Montevideo* aproxima seu revisado entendimento de planejamento ao caso de Madri, onde plano e projeto reformulam-se em uma nova relação não mais antagônica.

“O projeto urbano não se entende, então, como um projeto de arquitetura de maior escala, mas sim como um instrumento disciplinar específico que assume a complexidade característica do urbano e postula uma ideia de intervenção entre a arquitetura e o plano, dado que pretende vincular as propostas concretas a uma instância operativa que assegure sua execução, sem renunciar a integrar essas propostas em uma ideia global de cidade, em um projeto coletivo que seja expressão de um futuro desejado pela cidadania [...]” (GUTIERREZ, 2006, p. 146).

A proximidade do discurso madrileno com os estudos desenvolvidos no trabalho de Sprechmann et al (1986), reflete-se claramente na interpretação da descrição de Gutierrez (2006) sobre o caso espanhol. Entretanto, o referido discurso transcende uma simples replicação da experiência de Madri e apresenta-se, em Montevideú, dotada de particularidades relacionadas ao contexto local. Não apenas o entendimento revisado da relação entre plano e projeto, no qual um *Plan General* para toda a cidade, atuaria simultaneamente a *Planes Parciales*, à escala do bairro. A particularidade da tradução do discurso, no Uruguai, refere-se também à forte associação deste com a nova proposta de gestão local e participativa, a qual enfatiza a ampliação do sentido de cidadania na reconstrução da sociedade democrática da cidade de Montevideú.

Os estudos presentes em *Propuestas a la Ciudad de Montevideo* representam uma extensa abordagem à cidade, concomitante a um momento de profundas transformações na cidade, e no Uruguai como um todo. Sob a máxima de que “Montevideú pode mudar” (SPRECHMANN et al., 1986), as propostas abrangem uma multiplicidade de questões, formuladas tanto enquanto diretrizes gerais, como enquanto projetos específicos de caráter predominantemente arquitetônico. Sprechamann et al. (1986) ressaltam, entretanto, que o conjunto de propostas elaboradas não devem ser entendidas como soluções engenhosas, mas como propostas, que

“[...] ao tentar apresentar objetivos e imagens a curto e médio prazo, possam ser necessariamente aprofundadas em sua devida complexidade e particularidade e fundamentalmente possam ser discutidas e implementadas pela população em um debate necessário.” (SPRECHMANN et al., 1986, p. 203)



A OPERACIONALIZAÇÃO DO DEBATE: A GESTÃO MUNICIPAL

A dissolução do regime autoritário no Uruguai significou importantes transformações políticas do país. Até o golpe militar, o sistema político no Uruguai havia sido historicamente consolidado em um arranjo bipartidário, no qual o Partido Nacional e o Partido Colorado, por um extenso período, alternaram-se no poder de forma altamente integrada (MOREIRA, 2000, p. 22). As eleições, assim como qualquer atividade político-partidária, foram suspensas durante os anos do governo ditatorial. À luz da renovação política em curso, o *Frente Amplio*, coligação de esquerda criada apenas dois anos antes do golpe militar, ressurgiu como um novo ator político, e um potencial substituto aos partidos tradicionais (GOLDFRANK, 2011).

Nas primeiras eleições democráticas, em 1985, apesar de receber uma significativa quantidade dos votos – o que traduzia a grande receptividade de seu discurso na sociedade civil –, o *Frente Amplio* perde para o Partido dos Colorados, o qual assume o governo municipal de Montevideú. Porém, como pontua Goldfrank (2011), o primeiro governo municipal democrático falhou em atender às demandas por melhorias dos principais serviços urbanos, e em oferecer aos cidadãos canais politicamente neutros de participação (GOLDFRANK, 2011), questões que haviam ganhado considerável relevância na reivindicação popular contra o autoritarismo. Ao final do mandato, a nova Montevideú democrática estava “cheia de buracos, suja e escura, com problemas relacionados a transporte, saneamento, meio ambiente e habitação” (ibid, p. 224).

Em contrapartida, a consciência cidadã sobre os problemas da cidade percebia-se cada vez mais latente. O fortalecimento das reivindicações populares relacionados às condições urbanas de Montevideú se reflete no surgimento de novos movimentos sociais, os quais ocuparam lugar central na constituição da sociedade civil que se manifestou contra a ditadura (ALBUQUEQUE, 2007), e que agora demandava um maior aprofundamento democrático. É neste mesmo momento político nebuloso que as reivindicações do *Grupo de Estudios Urbanos*, as propostas do *Taller de Investigaciones Urbanas y Regionales* e as crescentes publicações da revista *Arquitectura* sobre as experiências do urbanismo internacional entram em ressonância com o descontentamento da população, canalizado nos movimentos sociais insurgentes, e complementam-se na urgência de novas formas de recuperar a cidade.

Diante da incapacidade de reverter a imagem de uma gestão insuficiente deixada por seus predecessores (GOLDFRANK, 2011), o *Frente Amplio* renova seu ideário para competir nas próximas eleições democráticas ao final da década, ressurgindo como força decisiva destinada a romper definitivamente com o bipartidarismo que havia organizado o sistema político uruguaio durante mais de um século (MOREIRA, 2000, p. 24). Como resultado das eleições, a chegada do partido de esquerda pela primeira vez ao governo municipal de Montevideú, em 1989, traz profundas implicações na organização político-territorial da cidade. Em sua renovação ideológica, o *Frente Amplio* segue a tendência das agendas de transformações democráticas dos países latino-americanos (FERLA et al, 2014), e defende a ampliação da democracia para criar condições que promovam uma comunidade ativa e organizada, na qual seus moradores se tornassem cidadãos (GOLDFRANK, 2011). Como as ferramentas necessárias para tanto, enfatiza-se a descentralização e a participação: aspectos

que são estabelecidos como eixo central de sua campanha, como alternativa viável para melhorar a gestão e renovar a dinâmica democrática do departamento (FERLA et al, 2014; GOLDFRANK, 2011).

O processo de descentralização do governo de Montevideu se inicia prontamente como parte da agenda governamental do *Frente Amplio* em 1990, agora à frente da municipalidade. Concebendo a descentralização em sua concepção ampla, são propostos três planos operativos: a desconcentração dos serviços aos bairros, a participação social na gestão local, e a descentralização dos poderes decisórios (CARMONA E GÓMEZ, 1999, p. 121). Sua implementação inicia-se com uma nova organização administrativa-territorial, dividindo a cidade em 18 distritos que conformam os *Centros Comunales Zonales* – subprefeituras que possuem significativa autonomia na elaboração e execução de políticas públicas, representando a estrutura desconcentrada de prestação de serviços da *Intendencia* a nível local (FERLA et al., 2012; GUGLIANO, 2007). Complementarmente à criação dos *Centros Comunales Zonales*, estabelecem-se assembleias anuais de moradores, convocadas pelo poder executivo (GUGLIANO, 2007), as quais restringem, neste primeiro momento, a participação cidadã à designação consultiva.

Em 1993, com a criação dos *Concejos Vecinales*, a participação cidadã é institucionalizada. Estes constituem-se em órgãos sociais, integrados por trinta vizinhos com participação comunitária ativa e eleitos pela comunidade, e cujas atribuições agregam as funções de colaboração na elaboração do orçamento municipal, controle e avaliação da gestão, e a organização e promoção de atividades culturais, sociais e esportivas (CARMONA E GÓMEZ, 1999; FERLA et al., 2012; GUGLIANO, 2007). Como aponta Ferla et al. (2012), espera-se dos *Concejos* que sejam os ‘porta vozes das necessidades, demandas e propostas do bairro ante as autoridades nacionais e municipais’. No mesmo ano, criam-se as *Juntas Locales*, integradas por representantes eleitos pelos partidos políticos, e que exercem funções de decisão, administração, e planificação da gestão municipal a nível local (CARMONA E GÓMEZ, 1999). As *Juntas Locales* representam a esfera legislativa, e junto aos *Centros Comunales Zonales* e aos *Concejos Vecinales* – respectivamente, as esferas executiva e participativa –, configuram a institucionalização da gestão descentralizada e participativa, mantendo o programa tal como proposto enquanto peça central do governo do *Frente Amplio* (GOLDFRANK, 2011; GUGLIANO, 2007)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na transição democrática na década de oitenta em países da América Latina, verifica-se a recorrência da associação entre as agendas de transformações e reformas Estatais, e a proposta de descentralização administrativa, enquanto forma de renovar e aprofundar a democracia. A exemplo do *Frente Amplio*, em Montevideu, e o Partido dos Trabalhadores, em Porto Alegre, outros partidos de esquerda, quando alcançaram o governo municipal, atribuíram à descentralização e à participação as pautas principais de suas agendas. Para tanto, multiplicaram-se os esforços no sentido da criação de novos espaços de participação

institucionalizada (GOLDFRANK, 2011). Aos projetos de descentralização atribui-se o caminho para ampliar esta participação a nível local. Defende-se que, quando os governos locais expandem a participação cidadã, amplia-se sua capacidade de atender às necessidades locais, e que este processo beneficia a democracia (ibid., p. 17).

Não obstante o fato de possuírem proposta similar de ampliar os canais de participação na gestão municipal e de realizá-la por meio da descentralização político-administrativa, os percursos que permitem que estas inovações se viabilizem são distintos. Em Porto Alegre, a atuação inovadora do Partido dos Trabalhadores apoia-se na presença já fortemente consolidada dos movimentos sociais na cidade, e contribui para uma maior articulação entre a sociedade civil e o Estado. Em Montevideu, como demonstrou-se ao longo deste texto, o debate político dialoga, a todo momento, com o discurso arquitetônico.

Diversos são os exemplos que se acumulam ao longo da década e que permitem tal constatação. Desde as experiências iniciais do *Grupo de Estudios Urbanos*, observa-se no Uruguai a associação recorrente entre o discurso da abordagem da Cidade por Partes e possibilidade de materialização na gestão urbana das ideias de cidadania e democracia; a escala local é reconhecida como a mais viável para a participação ativa dos cidadãos. Em seu discurso apologético sobre a cidade por partes, Capandeguy (1988), por exemplo, reconhecia na descentralização político-territorial e na participação cidadã – já presentes no *Informe de Áreas Caracterizadas* (1984) e nas *Propuestas para la Ciudad* (1986) – uma potencialidade democratizante. Estas propostas são, visivelmente, incorporadas às pautas dos partidos de esquerda em suas campanhas eleitorais no final da década.

Ainda que, no âmbito disciplinar, as propostas contidas no trabalho do *Taller de Investigaciones Urbanas y Regionales* (1986), ao discutir uma normativa particularizada e uma proposição de projetos locais de áreas da cidade, indiquem a circulação e o enraizamento da discussão europeia acerca de projetos urbanos; observa-se, por outro lado, que existe em Montevideu um desdobramento deste debate que ainda não havia sido evidenciado nas cidades europeias. Enquanto em Barcelona se nega completamente o plano para atuar por projetos, e em Madri a nova abordagem integra plano e projeto de forma dialógica, em Montevideu a hibridação de um discurso político e urbanístico materializa-se em um modelo de gestão alternativo e inovador.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Mario do Carmo Alves de. Participação e controle da sociedade sobre políticas sociais no Cone Sul. (205-258). In: DAGNINO, Evelina. TATAGIBA, Luciana. (Orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.
- ALVES, A. D. F.; SOUZA, G. B. A cobertura crítica do Urbanismo de Arquitetos no Uruguai, anos 1980. In: VIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR, 2018, Belo Horizonte. Anais ..., 2018.
- AYMONINO, Carlo. O significado das cidades. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- AVRITZER, Leonardo. Orçamento Participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre: comparando instituições e práticas. (197-222). In: AZEVEDO, Sérgio de; FERNANDES, Rodrigo B. (Orgs.). *Orçamento Participativo – construindo a democracia*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- BUSQUETS, J. Evolución del planeamiento urbanístico en los años ochenta en Barcelona. Del plan general metropolitano a la recuperación urbana de la ciudad (p. 31-51). In: *Ciudad y Territorio*, España, n. 93, 1992.
- CAPANDEGUY, Diego. *El discurso de la ciudad por partes: en la teoría, realizaciones y crítica del movimiento moderno*, 1988.
- CAPURRO, Juan A. Crispo. Ciudad Vieja: ¿Una experiencia repetible de gestión urbana? *Revista Arquitectura*, Montevideo. v. 258, p. 32-38. 1988.
- CARMONA, Liliana; GÓMEZ, María Julia. *Montevideo: proceso planificador y crecimientos*. Facultad de Arquitectura – Universidad de la Republica, Uruguai, 1999.
- DEVILLERS, C. *Projet urbain et mémoire de la ville*. *Monuments historiques*, n. 136, dez. 1984
- FERLA, Paula, MARZUCA, Alejandra, SERDULT, Uwe, WELP, Yanina. Corriendo de atrás: análisis de los concejos vecinales de Montevideo. *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*, 2014.
- FERLA, Paula; MARZUCA, Alejandra; VENEZIANO, Alicia; WELP, Yanina (2012). *Descentralización y participación democrática en Montevideo: los Concejos Vecinales y un aporte sobre la Cuestión Metropolitana*. Montevideo: Defensoría del Vecino.
- GIORDANO, Fernando; LEAL, Gustavo; MAZZINI, Andrés. *Montevideo y el Grupo de Estudios Urbanos. La reivindicación de la ciudad*. Facultad de Arquitectura – Universidad de la Republica, Uruguai, 2014.
- GOLDFRANK, Benjamin. *Deepening local democracy in Latin America: participation, decentralization, and the left*. Pennsylvania State University Press, Pennsylvania, 2011.

- GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Processos participativos de gestão pública em Porto Alegre e Montevideu: comparando semelhanças e diferenças. (259-274). In: DAGNINO, Evelina. TATAGIBA, Luciana. (Orgs). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.
- GUTIERREZ, Victoriano Sainz. *El proyecto urbano em España: Génesis y desarrollo de un urbanismo de los arquitectos*. Sevilla, 2006.
- JAJAMOVICH, Guillermo, Arquitectos proyectistas y transición democrática. El concurso de las 20 ideas. *Anales del IAA*. Buenos Aires: FADU/UBA, n. 41, p. 203-212, 2011.
- MOREIRA, Constanza. A Esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. *Opinião Pública*, Campinas, v. VI, n. 1, p. 17-54, 2000.
- ROSSI, Aldo. *L'Architecture de la Ville*. Paris: InFolio, 2001.
- ROSSI, A. Ciudad y Proyecto. In: *I Seminario Internacional de Arquitectura en Compostela: "Proyecto y Ciudad Historica"*, Anais... Santiago de Compostela: Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia, p.17-24, 1977.
- SCHELOTTO, Salvador. La politica de preservación en la ciudad de Montevideo. (235-238). In: *Primeros Encuentros del Patrimonio America Latina – Europa. Monumentos, sítios y documentos históricos*. Facultés universitaires Notre-Dame de la Paix, Namur, 1996.
- SOUZA, Gisela Barcellos. *Tessituras Híbridas ou o Duplo Regresso: Encontros Latino-americanos e a tradução cultural do Retorno à Cidade*. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SPRECHMANN, Thomas; BASTARRICA, Juan; OTERO, Ruben; KOEN, Martha; VILLAAMIL, Arturo; GERVAZ, Antonio; LOMBARDI, Mario; BENECH, Enrique; BERVEJILLO, Federico. *Propuestas a la Ciudad: Montevideo – 1986*. Montevideo: Taller de Investigaciones Urbanas y Regionales, 1986.
- TERÁN, Fernando de. *Historia del Urbanismo en España: Vol. III. Siglos XIX y XX*. Cátedra, Madri, 1999.
- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. (169-244). IN: DÉAK, Csaba; SCHFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.